

## **A paternidade associada à saúde e sexualidade: desafios contemporâneos para a educação**

**Geraldo Pereira e Vera Helena Ferraz de Siqueira**

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde. Laboratório de Linguagens e Mediações. Rio de Janeiro, Brasil. E-mails: [pereira\\_academico@yahoo.com.br](mailto:pereira_academico@yahoo.com.br) e [verahfs@yahoo.com.br](mailto:verahfs@yahoo.com.br)

### **Resumo**

Neste artigo, fundamentado em noções dos estudos culturais e do pós-estruturalismo, são discutidas tensões atuais verificadas entre identidades masculinas tradicionais e identidades mais flexíveis, em suas relações com a sexualidade e saúde, diante de transformações de várias ordens que marcam a assim chamada modernidade tardia. Apresentamos uma revisão de estudos realizados em serviços de saúde brasileiros que evidenciam um quadro de vínculos frágeis nas responsabilidades paternas, reiterados por práticas nos serviços baseadas na naturalização dos comportamentos dos pais. A seguir, interrogamos o modelo de educação em saúde prevalente nas escolas e discutimos algumas questões introduzidas pela visão pós-crítica do currículo, que desestabilizam as certezas e o caráter prescritivo dos currículos e favorecem a concepção de modelos de educação em saúde condutivos a novas formas de subjetividade e a um alinhamento da paternidade com modelos mais afinados com mudanças contemporâneas e com a cidadania.

**Palavras chave:** Paternidades, gênero, educação sexual, educação em saúde, deslocamentos identitários.

**Title:** Paternity related to health and sexuality issues: contemporary challenges for education

**Abstract:** In this article, founded in the field of cultural studies and in post-structural notions, we identify the present tensions verified on masculinities identities, which are ranging among more traditional and more flexible models. Such changes are discussed in relation to the societal and cultural transformations in the so called late modernity, with its' impact upon the way the paternities - as related to reproductive and health matters - are exercised. We include a review of researches undertaken in public health services which bring into evidence the fragile features of paternal responsibilities and the naturalization of fathers' behaviors in such contexts. Following, we discuss the prevalent school health education model and with basis on some post-structural assumptions concerning curriculum, we introduce a reflection related to some aspects that might be considered, so that health education in schools favors changes in the subjectivities and the alignment of paternity to more contemporary needs and to citizenship.

**Keywords:** Paternities, gender, sexual education, health education, identities displacements.

## **Introdução**

Na contemporaneidade, inúmeros deslocamentos, incluindo "novas" identidades culturais e o movimento feminista, crescentemente interrogam os lugares tradicionalmente ocupados na sociedade por homens e mulheres. Nesse contexto, movimentos políticos e teóricos recentes discutem a paternidade, que passa a ser problematizada a partir de várias instituições, incluindo as da saúde e da educação.

Várias instituições contribuem na subjetivação dos indivíduos em relação a formas de se posicionar no mundo, de sentir e de se comportar. O pós-estruturalismo, com base principalmente em noções de Foucault, oferece respaldo teórico para concebermos o currículo escolar e também as interações que ocorrem em ambientes não formais de educação como os serviços de saúde, como instâncias que não são neutras, cujas matrizes discursivas conformam, até certo ponto, as maneiras a partir das quais os sujeitos se posicionam. O presente artigo assume essa perspectiva para discutir a paternidade, especificamente no que se refere a suas interconexões com as questões da saúde e sexualidade, no contexto de transformações que marcam a contemporaneidade, discutindo os desafios colocados para sua abordagem pela educação em saúde.

Proliferam hoje múltiplos discursos sobre a paternidade, provenientes das políticas e instituições educativas e de saúde, bem como de instâncias midiáticas como as telenovelas, filmes, livros literários juvenis, revistas semanais, entre outros. É comum a esses discursos uma problematização dos moldes tradicionais do exercício da sexualidade, e a inclusão de questões como o amor paterno, a responsabilidade pelas questões de concepção e contracepção, a prova da paternidade através do teste de DNA, entre outras. Entretanto, os estudos sobre a participação do homem no convívio familiar e na esfera reprodutiva são ainda recentes. Alguns autores relatam que a feminilidade e a maternidade foram tradicionalmente priorizadas em relação às questões da masculinidade e da paternidade (Tronchin e Tsunehiro, 2006; Bustamante, 2005 a e b; Levandowski e Piccinini, 2006; Lyra, Medrado et al, 1998).

O conceito de paternidade se transforma ao longo dos tempos, adquirindo diferentes sentidos em sociedades e culturas diversas. Podemos afirmar que se aprende a ser pai para além da família e das relações de parentesco, nos múltiplos e crescentes contextos em que hoje interagimos, e que, nossas ações, valores e sentimentos são sempre mediados por questões da cultura.

Diversos deslocamentos que marcam o atual momento - movimentos sociais como o feminismo, novos sujeitos sociais, uma interação sem precedente dos sujeitos com tecnologias de comunicação que transformam as relações tempo/espço e introduzem "novas formas de conhecimento" - têm como última arena a identidade dos sujeitos. Novos lugares são ocupados, as identidades das mulheres e dos homens se transformam, a paternidade adquire novas significações e pede uma revisão a partir de investimentos dos setores de saúde e educacionais. Como afirma Louro (2002), "novas" identidades culturais "obrigam a reconhecer que a cultura, longe de ser homogênea e monolítica, é, de fato, complexa, múltipla, desarmoniosa, descontínua".

É do setor saúde que atualmente surge um dos mais fortes apelos para que se problematize, desenvolva conhecimentos e se favoreça transformações no exercício da paternidade. Conferências internacionais, documentos oficiais e artigos acadêmicos vêm problematizando essa questão, principalmente no que se refere a suas implicações nas práticas da contracepção e reprodução, investindo na noção de que uma paternidade mais responsável acarreta repercussões importantes na saúde dos indivíduos.

Assim, dentre os variados espaços de construção do sujeito, observamos aqui a escola e os serviços de saúde. Entendemos que a escola, como instituição da educação formal, é um locus fundamental para o trabalho das questões referentes à saúde e a sexualidade. É lá que grande parte dos jovens, independente de suas classes sociais, busca alguma resposta ou entra em contato pela primeira vez com as 'questões' sobre a atividade sexual em suas vidas. Na visão do Ministério da Saúde (2002):

O setor educacional, dada sua capilaridade e abrangência, é um aliado importante para a concretização de ações de promoção da saúde voltadas para o fortalecimento das capacidades dos indivíduos, para a tomada de decisões favoráveis à sua saúde e à comunidade, para a criação de ambientes saudáveis e para a consolidação de uma política intersetorial voltada para a qualidade de vida, pautada no respeito ao indivíduo e tendo como foco a construção de uma nova cultura da saúde.

A discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de ensino fundamental e médio se intensificou a partir dos anos de 1970, principalmente em decorrência de mudanças nos comportamentos dos jovens dos anos de 1960, dos movimentos feministas e de grupos que pregavam o controle da natalidade (Ministério da Educação, 1998, p. 291). Com o aumento do número de casos de gravidez indesejada nos anos de 1980 e com o risco da infecção pelo HIV (vírus da Aids) entre os jovens, o investimento em informações sobre sexualidade nas escolas tornou-se ainda maior. Em 1995, a introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (Brasil, 1998) trouxe um respaldo importante para rever arranjos curriculares, na medida em que é previsto que temáticas que dizem respeito à vida dos indivíduos, como a sexualidade e a diversidade cultural, sejam contempladas transdisciplinarmente.

Mas, lidar com essas temáticas em toda sua complexidade pressupõe romper com as bases prescritivas que sustentam o currículo e com seu teor cientificista o qual não podemos esquecer que orienta também a formação dos docentes e dos profissionais da saúde.

Tendo essas questões em vista, neste artigo (um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida pelo primeiro autor, com apoio da CAPES/MEC) a partir de noções do pós estruturalismo e de autores que vêm estudando deslocamentos contemporâneos, situamos o tensionamento atual verificado entre identidades masculinas tradicionais e mais flexíveis no bojo de transformações de várias ordens que marcam a contemporaneidade. A seguir, discutimos a questão da paternidade em suas relações com a sexualidade e saúde, evidenciando um quadro de vínculos frágeis nas responsabilidades paternas e falta de preparo dos profissionais para

envolver os pais, conforme revelado por pesquisas realizadas nos serviços de saúde. Finalmente, discutimos discursos e práticas atuais dos setores da educação e da saúde, e algumas noções introduzidas pela visão pós crítica do currículo, que desestabilizam as certezas e o caráter prescritivo dos currículos e favorecerem novas formas de subjetividade no que diz respeito a um alinhamento da paternidade com modelos menos dicotômicos e mais alinhados com demandas contemporâneas e com a cidadania.

### **Surge um novo pai?**

A literatura das ciências sociais, a partir dos anos 1980, vem tratando cada vez mais da participação dos homens na esfera privada; entretanto, os textos destacam, geralmente, a falta de informações sobre os homens e a paternidade (Engle, 1995; Mundigo, 1995, apud SILVA, 1999). Conforme apontado pela saúde coletiva, esse afastamento da figura masculina vem contribuindo para naturalizar questões como: a contracepção como assunto feminino; a ausência da figura paterna durante o pré-natal; o entendimento de que o cuidado com os filhos é de responsabilidade da mãe ou de uma figura feminina; a delegação das responsabilidades domésticas à figura materna; a concepção de pai como chefe provedor material, justificando sua ausência no processo de desenvolvimento dos filhos, atendimento médico, reunião escolar, entre outros.

Embora estas representações e práticas sejam ainda muito evidentes nas relações entre homens e mulheres da atualidade, vários estudiosos identificam diversas transformações na sociedade contemporânea, as quais abrem lugar para mudanças importantes nas subjetividades e nas relações entre os indivíduos. Segundo a visão de autores como Stuart Hall, as estruturas rígidas que davam sustentação as antigas identidades – como a masculina e a paterna – estão sofrendo modificações, de modo que o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado está se fragmentando e dando lugar ao surgimento de novas identidades (Hall, 2004).

Conforme sugere Giddens, ao mesmo tempo em que não dá mais para ser o homem de antigamente, que dominava a mulher e que a tinha submissa aos seus caprichos, também não dá mais para ficar confortável na condição de um homem que não sabe onde se posicionar, que não vê mais a "história" construída somente a partir de seus atos, mas também dos atos das mulheres e de outros atores sociais. Esta perda de domínio é vista por esse autor como característica de um primeiro momento em que os homens se vêem realmente como homens, ou seja, possuidores de uma "masculinidade problemática" (Giddens, 1993, p. 70).

Para o pensador francês Jean Baudrillard é o próprio sexo que se configura atualmente como uma doença sexualmente transmissível, fragilizando o posicionamento masculino, retirando-o do jogo e despojando-o de sua "vontade de potência". Baudrillard afirma que, embora o advento da AIDS tenha desempenhado um papel importante no exílio voluntário do sexo, não é só a contaminação pela doença que vem causando medo, mas também "qualquer coisa que se assemelhe à paixão, à sedução, à responsabilidade" (Baudrillard, 1997, p. 84).

A perspectiva apontada por estes autores nos coloca diante de um momento de transitoriedade histórica, onde as mudanças, cada vez mais velozes, ocorridas no mundo contemporâneo afetam nossas práticas cotidianas mais comuns. Para Stuart Hall, um considerável aumento no alcance e no ritmo da integração global vem, desde os anos de 1970, acelerando os fluxos e os laços entre as nações, consolidando um fenômeno conhecido mundialmente como globalização (Hall, 2004, p. 67) e provocando um forte impacto nas identidades culturais. O referencial estável e fixo que parecia existir nas sociedades tradicionais, dando sustentação à construção de nossas identidades, caracteriza-se agora, nas sociedades modernas, pela mudança constante, rápida e permanente, modificando a idéia que temos de nós mesmos como sujeitos integrados (idem).

Conforme mencionado anteriormente, ao mesmo tempo em que se verifica um afastamento dos homens das responsabilidades no planejamento familiar e na paternidade – comportamento geralmente atualizado por ações que naturalizam a desigualdade de oportunidades entre os sexos – estudos recentes vêm demonstrando paternidades não mais estáveis, mas em trânsito: ora ancoradas em um modelo tradicional, provedor e coadjuvante, ora ancoradas em uma identidade mais participativa, cuidadosa e afetiva (Orlandi, 2006; Freitas; Coelho; Silva, 2007).

Com isso, observa-se uma franca convivência do modelo tradicional de paternidade com modelos que procuram romper com a tradição. Embora as pesquisas ainda confirmem a predominância de um quadro de “dominação masculina” (Bourdieu, 2002), nos parece bastante concreto o fato de que o cenário cultural contemporâneo é marcado por múltiplas alternativas e escolhas, dando lugar à constituição de novas identidades e redimensionando as relações de poder entre classe, gênero, sexualidade, etnia, etc.

Entre outros aspectos, a importância do efetivo envolvimento dos homens nas questões referentes ao exercício da paternidade e de aspectos referentes à saúde reprodutiva, destaca-se pelo fato de eles conviverem “constantemente com a possibilidade de engravidar mulheres com as quais mantém relacionamento sexual, dado que sua fertilidade é constante e não periódica como a das mulheres” (ICDP, 1994, apud Medrado & Lyra, 2000).

O investimento nessa temática ganhou maior visibilidade durante a IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, no Cairo, sob os auspícios da ONU. As recomendações da Conferência propõem que “esforços especiais devem ser feitos no sentido de enfatizar a co-responsabilidade masculina e promover o efetivo envolvimento dos homens com relação à paternidade responsável e ao comportamento sexual e reprodutivo, incluindo-se aí o uso da anticoncepção...” (ICPD, 1994, apud Medrado; Lyra; Nascimento; Galvão, 2000).

Não se pode desvincular dessa questão a participação mais efetiva dos homens no cotidiano familiar, particularmente no cuidado com os filhos, a qual vem sendo comumente chamada de “nova paternidade” (Medrado, 1998). De acordo com Lyra (1998, pg. 14), a compreensão desse modelo de paternidade tem como principal referência o trabalho do psicólogo norte-

americano Michael Lamb, que se refere ao modelo do novo pai como um dos elementos-chave na análise das relações parentais na contemporaneidade. Lamb defende junto a outros psicólogos que o pai, em igual medida que a mãe tem um importante papel no desenvolvimento infantil, não apenas na provisão das necessidades materiais, mas também nas relações de afeto e cuidado (Lamb apud Lyra, 1998, pg. 14).

Considerando que homem e mulher são sempre pensados de modo relacional (Heilborn, 1997b), a noção de “novos pais”, por mais que descreva mudanças concretas na idéia de masculino – expressa na possibilidade do homem manifestar sentimentos, participar mais ativamente no cuidado dos filhos, assumir tarefas domésticas etc. – é um fenômeno que se desenvolve em permanente confronto com o campo do feminino, da divisão social do trabalho e da assimetria de poder. Para Elisabeth Badinter (1992) o perfil do “novo pai” se esboça a partir de um homem procedente das camadas médias ou altas, beneficiado por uma formação mais elevada que a média e possuidor de renda.

Na visão de alguns autores, uma das características apontadas como definidoras do “novo pai” situa-se justamente a partir de uma nova configuração da família, deflagrada recentemente em decorrência da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho e da multiplicação das separações conjugais (Gomes & Resende, 2004; Devreux, 2006; Lyra, 1998). Diante da necessidade de contribuir com a provisão material do lar, as mulheres passaram a dispensar menos tempo no cuidado com os filhos, obrigando os homens a dividirem essa tarefa com elas. Segundo Fonseca (2004, p.17) essas transformações na constituição da família colocam o homem diante de um sentido de ambivalência em relação ao lugar que ele deve ocupar, na medida em que o deslocam do seu tradicional papel de provedor, e causam desconforto dos homens com os modelos “novos” de comportamento. Gomes e Rezende (2004) ressaltam que essa ruptura no modelo familiar do pai provedor gera modos alternativos: o “novo pai” não se ancora mais no poder econômico, fazendo emergir uma nova organização familiar de casais de dupla renda ou dupla carreira. Segundo estes autores, as exigências sociais que provocam uma ruptura no modelo familiar do pai provedor tradicional geram modos alternativos de convivência entre casais com crianças: assim, se constituem cada vez mais as arenas de manifestação das formas diferenciadas de paternidade.

Historicamente, a centralidade do masculino em relação ao feminino se impôs como um dado legítimo (Bourdieu, 2002), como um ato inquestionável, portador de um regime de verdade. Aqui convém introduzir brevemente o conceito de gênero, central para se pensar as transformações das paternidades e masculinidades. Na segunda metade do século XX, é introduzida essa noção, que rompe com a naturalização das diferenças e que existe “para distinguir a dimensão biológica da social. O raciocínio que apóia essa distinção baseia-se na idéia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura” (Heilborn, 1997b). Scott (1990) realiza um aprofundamento teórico do termo, categorizando-o como um sistema de diferenças e organização de poder; situa gênero como mediador do processo de subjetivação e construção de identidade, influenciando nos modos de pensar e se relacionar com o outro. A partir dessa noção é possível inferir que as

responsabilidades assumidas por homens em relação, por exemplo, às implicações de ser pai se relacionam a suas percepções sobre o que é "normal" em relação ao comportamento de um homem. Questões de gênero repercutem também, por exemplo, na falta de comprometimento dos jovens do sexo masculino em relação a questões da reprodução, acarretando dificuldades específicas na negociação dos métodos de prevenção de gravidez e DSTs (Geluda; Bosi; Cunha et al., 2006).

Supondo que o homem assuma, de fato, uma nova versão, como esta que vem sendo chamada de "nova paternidade", e que até mesmo a crescente emancipação feminina alcance uma posição igualitária em relação aos homens, não podemos deixar de lado a idéia de que esta "outra" realidade conformaria novamente um quadro de verdade histórica: essa onde não há assimetria entre os sexos.

Na visão de Foucault (2006), essa nova realidade, conformada por um suposto discurso verdadeiro, revelador, que põe em questão o caráter construído do primeiro, não reconhece aquilo que o autor chama de "vontade de verdade", ou seja, algo silenciado, como "prodigiosa maquinaria" destinada a mascarar a própria verdade. Segundo ele, essa vontade de verdade, "que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la". (idem, p.20). Em alguma medida, essa formulação coloca nossas vidas diante de um estado dinâmico de representações, onde construções sócio-históricas se sobrepõem a construções sócio-históricas, impossibilitando o alcance de um estado puro de existência, um estado ideal, linear. Para Foucault, a vontade de verdade se expressa nas formas de desejo e poder, regidas por nossa vontade de saber (idem).

### **Os serviços de saúde e a construção da identidade paterna**

É importante atentar que não se pode unificar o entendimento de como se exerce a paternidade, sendo importante levar em conta variáveis como as culturais e de classe social. Ao observamos o papel do homem nas camadas populares, verifica-se, por exemplo, que é em torno da ordenação simbólica da família que se estrutura a divisão do trabalho entre os sexos, prevalecendo o grupo sobre o indivíduo na constituição da identidade social das pessoas (Heilborn e Gouveia, 1999). Esta perspectiva ganha maior visibilidade quando confrontada com o "modo individualizante do modelo cultural vigente entre os segmentos de camadas médias na sociedade brasileira, que tem no indivíduo, na sociabilidade e na ocupação, o eixo de estruturação dos sujeitos sociais (Heilborn, 1997a).

Para Gomes e Resende (2004, p. 121), tendemos a lidar com a feminilidade como um dado da natureza e com a masculinidade como uma conquista cultural. Nesse sentido, a qualidade de ser homem torna-se muito mais desafiadora que a qualidade de ser mulher. São os homens que precisam provar diariamente, por meio de suas práticas sociais, a sua virilidade, sobretudo no modo como se apropriam da fecundidade feminina, lócus original, para alguns estudiosos, da desigualdade entre os gêneros (Fonseca, 2004; Heilborn, 1997b; Barbieri, 1991). Estes valores, no entanto, não são próprios da cultura de uma ou outra camada social. Nelas,

eles apenas se modificam, modelando subjetividades mais ou menos dominantes, mas nunca simétricas entre os sexos.

Os serviços de saúde, em seus mais diferenciados níveis de atuação, têm sido apontados como importantes espaços de construção da identidade paterna. Essa perspectiva aparece no trabalho de alguns autores preocupados com a investigação das práticas nos serviços de saúde e a relação que elas estabelecem com questões paternas como, por exemplo, exercício da cidadania no âmbito da vida pública e privada (Siqueira et al, 2002); a forma como se constroem os contatos intersubjetivos e as expectativas em torno do pai (Bustamante, 2005a); a atribuição materna dos cuidados com a saúde das crianças (Bustamante, 2005b); a necessidade de inclusão da visão masculina na construção de modelos de assistência e gerência das unidades neonatais, dando voz a quem realmente vive a experiência (Tronchin e Tsunechiro, 2006); e assim por diante.

Um estudo sobre a estrutura e o funcionamento de quatro programas públicos de atendimento pré-natal da região da grande Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, destaca o número extremamente reduzido de pais nos programas investigados (Siqueira, M. J. T. et al. 2002). Um dos fatores atribuídos a essa ausência é a inadequação dos horários das reuniões e consultas aos horários livres dos futuros pais. O argumento dos usuários e profissionais do serviço é de que o atendimento geralmente acontece no período comercial, quando os pais estão trabalhando, desfavorecendo a inclusão dos mesmos nessa etapa do processo de paternidade. Assim, uma hipótese levantada por este estudo é de que o trabalho pode ser um fator que dificulta a vinda dos homens aos serviços de saúde ou, de outro modo, que os serviços de saúde não contemplam a participação dos pais nos processos de atendimento à gestante, naturalizando a sua ausência. Cabe aqui lembrar o grande número de famílias chefiadas por mulheres e o excessivo número de crianças sem o reconhecimento formal dos pais. Um estudo examinou 183.618 registros civis de nascimento, realizado nos dez Cartórios de Registros Civis de Pessoas Naturais do Distrito Federal, correspondente aos anos de 1961, 1970, 1980, 1990 e 2000. Nesse universo, 21.991 registros não continham a filiação paterna estabelecida, o que leva a crer que o engajamento da mãe é a regra geral, ocorrendo em 99,88% dos registros, ou seja, para cada 100 pais que não reconheceram sua criança, foi encontrada uma mãe que deixou de fazê-lo (Thurler, 2006).

Nos termos desse estudo, o que parece relevante observar, entretanto, é em que medida a hipótese levantada pelo estudo realizado em Florianópolis estabelece relações com o que Devreux (2006) chama de antiga percepção do casal tradicional, formado por um "pai provedor" e por uma "mãe guardiã do lar e educadora dos filhos".

Se, por um lado, a provisão material do lar implica, como atribuição paterna, na ausência dos homens nos serviços de saúde, por outro, é ela que vai representar, como consequência direta do nascimento, a incorporação ou assunção de novos papéis, caracterizados pelos atributos da seriedade e da maturidade (Tronchin e Trunechiro, 2006).

Do ponto de vista dos papéis juvenis, uma das argumentações é a que busca descrever a tradicional divisão sexual do trabalho, que delega aos



homens a função de prover a família, como sendo um possível reforçador dos significados que associam gravidez na adolescência à irresponsabilidade, inseqüência, imaturidade, problema social etc. Isto ocorre à medida que a idade do pai coincide com esta fase do ciclo vital, pois um adolescente, com incipientes qualificações profissionais, não poderia assumir a função de provedor, sobretudo nos setores mais pobres da sociedade. Desdobra-se daí a extensa lista de "problemas". A gravidez adolescente inclui uma obrigação a mais para as famílias de origem, que se vêem encarregadas do sustento de mais um membro no grupo familiar; a necessidade de mais vagas nos serviços públicos de saúde e nas instituições escolares; e a promoção de políticas públicas de geração de renda e apoio às famílias dos setores de baixa-renda e outros (Siqueira et al, 2002).

Não que de fato tais situações não acarretem complicações, implicando no reordenamento, por vezes improvisado, das trajetórias de vida dos próprios jovens, de suas famílias e até mesmo governamentais. O que nos parece importante expor aqui é a inter-relação que tais eventos podem ter entre si, ou seja, a correlação que se pode estabelecer entre a idéia de pai e a ausência quase completa de homens nos atendimentos de saúde com a manutenção das lógicas tradicionais de divisão de trabalho entre os sexos, os entendimentos estereotipados da adolescência e da juventude, políticas públicas, ordens econômicas etc.

Há um sentido de inscrição histórica contido nisso tudo, que pode ajudar a esclarecer que as construções das identidades paternas, embora sejam também reforçadas por ações simples como as marcações dos horários de consulta, não começam e nem terminam nos postos de saúde. Nem se considerarmos somente os aspectos que envolvem as práticas de saúde, educação em saúde, promoção em saúde etc. A rede de relações é muito mais ampla do que pode parecer, ultrapassa o espaço físico do hospital, do posto de saúde ou dos consultórios; vai além do trato com médicos, enfermeiros, atendentes ou o policial da portaria, etc. (Candeias, 1997).

Contudo, a constituição dessa infinita rede de relações não invalida a implementação de políticas públicas de saúde e educação, por meio da implantação sistemática de ações pontuais que, como indicam estudos da área, podem contribuir para uma participação mais cidadã por parte dos homens no uso dos equipamentos de saúde.

Na pesquisa anteriormente mencionada, realizada em Florianópolis constata-se que o espaço físico destinado aos programas investigados é exíguo, implicando em salas de espera lotadas, cujos homens presentes (parceiros das gestantes) não são sequer convidados para adentrarem a sala de consulta, o que os coloca, de acordo com as autoras do estudo, fora da rotina das atividades do programa. Outro aspecto importante ressalta a presença maciça de mulheres, não só no grupo de usuários que, na falta do parceiro, comparecem acompanhadas de suas mães, avós ou outras mulheres, mas também nas equipes profissionais, reforçando a associação que comumente se faz entre cuidados com a saúde e mulher (Siqueira et al, 2002).

Resultados semelhantes foram observados em um estudo realizado no subúrbio de Salvador com homens que exercem a paternidade de crianças pequenas. Nas conversas realizadas com os colaboradores da pesquisa,

ficou evidente que são atribuições da mãe ou das mulheres os cuidados corporais e as práticas de saúde, tanto as caseiras quanto as que envolvem serviços de saúde e as práticas alternativas, tais como a reza (Bustamante, 2005b). A autora ressalta que, de acordo com alguns estudos, os homens continuam vendo as mulheres como sendo protagonistas naturais no cuidado dos filhos, porém isto se modifica de acordo com o país, a classe social e a idade (idem, 2005a).

Nas considerações finais de outro estudo, realizado em São Paulo, um apelo é feito para que sejam repensados os modelos tradicionais de assistência que, de alguma forma, contam com a participação materna nas práticas diárias dos serviços (Tronchin e Tsunehiro, 2006). Nesses casos, o que aparece de forma mais significativa é exatamente a não-inclusão da presença do pai nas atividades previstas pelos programas. O discurso dos profissionais parece naturalizar esses procedimentos em argumentos como os que dizem que os pais não são atuantes e que, em sua maioria, abandonaram a parceira (Siqueira et al, 2002).

Não raro, observou-se também a dificuldade dos pais em lidar com a situação posta, no sentido de expressarem e/ou compartilharem seus sentimentos de esperança e apoio à mãe e aos outros integrantes da família. Cabe lembrar que alguns estudos sobre o pai contemporâneo reconhecem que o principal diferencial dos novos pais está no fato de que eles se dispõem a reconhecer seus sentimentos e a estabelecer confronto com as imposições do papel masculino (Gomes e Resende, 2004).

Ressalta-se que tais aspectos socioculturais e relacionais teriam a ver com as expectativas preexistentes com relação aos homens: ser provedor de recursos, respeito e autoridade; os estilos de relacionamento com a mãe das crianças e com os parentes. Nesse sentido, destacam-se também no interior das práticas de saúde as formas como as expectativas em torno do pai se constroem nos contatos intersubjetivos entre pai e filho, marido e esposa, usuário e profissional, usuário e serviço etc. (Bustamante, 2005a).

### **“Inércias no campo pedagógico”: questões úteis para refletir sobre a educação sexual e a abordagem da paternidade na escola**

Para uma melhor abordagem da temática central deste artigo cabe antes retomar alguns pontos importantes da trajetória da educação em saúde no Brasil. Acreditamos que são tais concepções e práticas que, em grande parte, orientam fortemente o modo como a escola, em todas as suas dimensões, vai lidar no seu cotidiano com as questões da sexualidade e da paternidade.

Está posto que até os anos de 1970, a educação em saúde no Brasil era uma iniciativa basicamente das elites políticas e econômicas e, portanto, subordinada aos seus interesses (Vasconcelos, 2004, p.68). Tal estratégia de controle social tinha o sentido de domesticar e adaptar a população à ordem vigente (Assis, 1992, p.8).

De acordo com o relatório do I Encontro sobre educação e saúde do Rio de Janeiro (UERJ, 1991), o rompimento dessa perspectiva adaptativa e controladora se deu por meio do contato de profissionais da saúde com a experiência da educação popular, uma proposta de cunho humanista,

orquestrada por intelectuais católicos. Paulo Freire foi um dos primeiros e mais importantes sistematizadores desse método educacional, que ao ser adotado por profissionais da saúde insatisfeitos com o caráter mercantil e rotineiro dos serviços, trouxe a participação dos indivíduos comuns, com seus conhecimentos e escolhas, para a construção da vida social. A nova perspectiva de educação em saúde, segundo o relatório, representava uma ruptura com a estrutura tradicional em dois importantes níveis: a nova orientação a partir da lógica dos movimentos sociais; e o deslocamento do foco de ação que visava obter melhorias na saúde a partir da imposição de modificações no comportamento das pessoas para ações voltadas à transformação da própria sociedade, num sentido mais amplo e coletivo, partindo do pressuposto de que os "comportamentos em saúde" estão ligados às "condições de vida" e que "eles mudam na medida em que essas condições vão mudando" (UERJ, 1991, p.10).

A intervenção, a partir daí, tenderia a se encaminhar para a busca de soluções coletivas dos problemas de saúde (Assis, 1992). Como descreve a autora, a nova conceituação da educação em saúde buscava revalorizar o saber popular, antes negado e subjugado nas práticas tradicionais, e trazia preocupações que ajudavam a repensar o autoritarismo do conhecimento científico sobre o popular, a relação população/profissional de saúde, e assim por diante.

É nesta trilha, conforme observa Assis (1992), que se desenvolve a visão crítica entre o modelo "conservador" e o "progressista", expressos, respectivamente, na lógica da "culpabilização da vítima" (que responsabiliza o indivíduo pela manutenção e recuperação da sua saúde) e na lógica da saúde coletiva (que busca focar as determinantes sociais do processo saúde-doença).

Hoje, a educação em saúde tem sido repensada em várias vertentes, pautadas pelas mudanças ocorridas no âmbito das questões da própria saúde, das tendências pedagógicas, das demandas sociais, profissionais etc. Candeias (1997) a nosso ver faz uma boa articulação entre os conceitos de educação e de promoção em saúde; refere-se à saúde como qualquer combinação que, sistematicamente planejada, associe com plena aceitação os múltiplos determinantes do comportamento humano às experiências de aprendizagem e intervenções educativas, levando as pessoas ao alcance da própria saúde. Já a definição de promoção em saúde é vista como uma incorporação dos múltiplos determinantes da saúde (fatores genéticos, ambiente, serviços de saúde e estilo de vida) às múltiplas possibilidades de intervenção ou fontes de apoio, descritas como educacionais (a educação em saúde tal como anteriormente definida) e ambientais (circunstâncias sociais, políticas, econômicas), que visem atingir ações e condições de vida conducentes à saúde.

Como se observa, o conceito de promoção em saúde é mais abrangente que o de educação em saúde, sendo este último, inclusive, parte integrante do primeiro. A expressão dessa dimensão pode ser vista nos documentos do Ministério da Saúde:

Promover saúde é tocar nas diferentes dimensões humanas, é considerar a afetividade, a amorosidade e a capacidade criadora e a busca da felicidade como igualmente relevantes e como indissociáveis

das demais dimensões. Por isso, a promoção da saúde é vivencial e é colada ao sentido de viver e aos saberes acumulados pela ciência e pelas tradições culturais locais e universais. (Brasil, 2002).

Outra perspectiva de promoção em saúde, complementar a anterior, se baseia na idéia de que não há uma boa ou má saúde em direção a qual o indivíduo deva se orientar, uma visão correta, mas busca confrontar a idéia de saúde e também de doença com a sua própria historicidade. Essa noção privilegia a ligação entre o posicionamento do sujeito no mundo e na vida cotidiana às tendências sociais, econômicas e políticas, e também aos fenômenos de moda e transformação coletiva e individual (Eymard, 2004, p. 4).

Como se observa, não foram poucos os avanços dos últimos tempos. Contudo, é preciso destacar que tais avanços ainda estão muito circunscritos ao campo teórico, impondo-se o desafio de trazê-los para contextos da prática. As práticas de saúde ainda hoje adotadas por grande parte das escolas, sobretudo no trato das questões voltadas para a sexualidade e a saúde reprodutiva, devem ser objeto de revisões, e a nosso ver noções introduzidas pelo pós-estruturalismo são férteis para subsidiá-las.

Nas camadas populares brasileiras, a escola, como um lugar de encontro, é uma das poucas possibilidades, senão a única, de lazer para os/as estudantes (Silva e Soares, 2003). Ao que parece, para estes jovens existe uma diferença clara entre estar na sala de aula e ir para a escola. Nesse sentido, o ambiente escolar se configura também como um espaço de expressão da sexualidade juvenil e de exercício da sociabilidade, representando, para além das relações aula/professor/aluno, um lugar para encontrar com os amigos, namorar, ouvir música, brigar, bater um papo íntimo, enfim, aprender outras coisas.

Do ponto de vista da educação formal, as discussões sobre sexualidade ficam geralmente restritas ao âmbito das disciplinas de biologia ou das palestras promovidas pelas feiras de ciências, confinando essa abordagem aos aspectos unicamente biológicos. Entretanto, a natureza social e os aspectos subjetivos implicados nessa temática também precisam ser observados. Os programas educacionais que, como aponta Silva (2005) são demasiadamente voltados para 'conteúdo e currículo', na maioria dos casos, contemplam muito pouco os questionamentos reais, ou seja, o cotidiano do universo jovem.

O campo da educação raramente se dedica a observar como e onde os estudantes buscam aprendizado para o exercício de suas sexualidades. Um embate evidente entre o modo como a escola geralmente resolve abordar tais questões e as possibilidades oferecidas por outros modos de conhecimento vem causando cada vez mais situações de conflito entre jovens e escola e entre jovens e professores. Alguns autores falam em sentimentos de pânico moral nas instituições de ensino, onde os professores não reconhecem mais as pessoas que estão em sala de aula (Silva e Soares, 2003). Não seria essa uma disputa de poder entre esse sujeito ideal do currículo formal e o sujeito real que frequenta a escola? Tomaz Tadeu da Silva alerta para o fato de que é precisamente a questão do poder que vai separar as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas do currículo.

Segundo ele, do ponto de vista pós-estruturalista podemos dizer que o currículo é também uma questão de poder: selecionar, privilegiar um tipo de conhecimento, destacar uma identidade como sendo a ideal ou garantir o consenso e a hegemonia são operações de poder. (Silva, 2005).

Se por um lado o currículo opera a distribuição dos saberes, hierarquizando-os, classificando-os e atribuindo-lhe valores, por outro nos dá a pista para entendermos como essa própria espacialização dos saberes "vai buscar o desconhecido e enquadrá-lo nesse retículo disciplinar em que se constitui o currículo, de modo que nada possa se colocar fora do seu alcance e do seu domínio" (idem). De acordo com o mencionado autor, o processo de enquadramento/inclusão disciplinar desse "outro", ou seja, daquilo que estava para além da fronteira, não representa propriamente a dissolução da "diferença", mas a garantia de um maior controle dessa diferenciação, bem como o estabelecimento da assimetria entre os diferentes.

É importante aqui retomar o que diz Foucault (1979, p. 131) sobre as questões do poder, pois não se trata de entender tais relações somente nos planos mais amplos do mundo social, mas também nos planos microfísicos, ou, como diz Veiga Neto (2002, p. 170), nos planos da individualidade. A distribuição dos saberes, ou seja, a ordem e a hierarquização se efetivam em decorrência das singularidades. É preciso primeiro segmentar para depois distinguir e organizar. Entretanto, estas são vias que correm em mão dupla. Sob esta visão, tanto os currículos dão formas às identidades como as identidades dão forma aos currículos. Para Veiga-Neto (2002), inspirado em noções foucaultianas, o currículo é um artefato escolar que, tanto é produzido por uma forma de pensar quanto é produtor dessa mesma forma de pensar.

Do ponto de vista do cotidiano escolar sabemos que as questões relacionadas a gênero e sexualidade ainda são vistas como "temas sociais" que precisam ser debatidos, exatamente como consta no discurso do PCNs. Noções unívocas de gênero e sexualidade norteiam os currículos e práticas escolares, nos quais geralmente não se admite aquilo que foge do que é considerado normal. Nesta perspectiva, dificilmente veríamos a heterossexualidade sendo tematizada, pois no lugar do debate ainda permanecem ocultas as identidades tidas como anormais ou excêntricas. Ao mesmo tempo, não se dá margem para a discussão de novas identidades culturais e deslocamentos identitários, que refletem a complexidade da cultura e rompem com as dicotomias tão bem estabelecidas em nossa sociedade entre os papéis desempenhados por homens e mulheres. Como colocado por Louro (2002), "a posição central é considerada a posição não-problemática; todas as outras posições-de-sujeito estão de algum modo ligadas - e subordinadas - a ela". É dentro desta lógica que o centro - ao qual estão vinculadas, frequentemente, noções de universalidade, de unidade e de estabilidade - ainda está primordialmente relacionado, por exemplo, à identidade masculina sólida, uma referência confiável que se constitui prioritariamente no "macho", no "chefe de família", no "provedor do lar". Para Guacira Louro (idem), sujeitos situados fora do centro recebem as marcas da particularidade, da diversidade e da instabilidade, dando forma ao que ela chama de "conversa pós-moderna de provisoriedade, precariedade, transitoriedade etc." (Louro, 2002). Cabe lembrar que os

chamados “novos movimentos sociais”, do qual fazem parte o feminismo, a política sexual, as lutas raciais, os antibelicistas e assim por diante, emergiram justamente nos anos de 1960, marco da “modernidade tardia”. Para a autora, não se trata de inverter as posições e ver o “excêntrico” assumindo o centro, mas, em vez disso, aproveitar o reposicionamento das “novas identidades culturais” para demonstrar o caráter construído do centro — e também das margens! (ibid).

Do ponto de vista pedagógico, Jorge Larrosa (1994) relata um tipo de ensino onde o importante não é aprender algo “exterior”, um corpo de conhecimentos dados, mas que se elabore ou reelabore alguma forma de relação reflexiva do “educando” consigo mesmo (Larrosa, 1994, p. 36, grifos do autor). Sua tese é de que, nestas práticas, se retirados os conteúdos concretos que comumente se referem, por exemplo, às questões da gravidez na adolescência, drogas, violência etc., para nos fixarmos apenas na forma como essa tomada de consciência é metodologicamente promovida, ou seja, o dispositivo pedagógico (o “como”), a similaridade entre as práticas é, segundo o autor, surpreendente.

Assim, se esse corpo de conhecimentos ao qual se refere o autor - o aprendizado de algo “exterior” - corresponde às informações sobre prevenção em que os programas de saúde formais e não formais tanto investem, podemos concluir que talvez seja mesmo a tomada de consciência (ou a experiência que as pessoas têm de si mesmas) o caminho mais acertado para devolver aos jovens o exercício da cidadania e o acesso às oportunidades de desenvolvimento e de aprendizagem, como tão bem propõe o Ministério da Saúde. Pois, os próprios documentos oficiais (Brasil, 1998) já assumem que somente a informação não basta para a tomada de atitudes preventivas. É solicitado algo mais amplo que a objetividade informativa, algo que somente a ordem da subjetividade dos indivíduos pode oferecer. Trata-se, pois, no âmbito da educação aqui discutido, de observar a lógica geral dos dispositivos pedagógicos que constroem e medeiam a relação do sujeito consigo mesmo. Nesta direção, Larrosa toca em dois pontos: o primeiro é o que fala de um planejamento das práticas educativas e de uma compreensão da idéia de educação que se fundamentam na crença de uma “idéia de homem” e de um projeto de “realização humana”. O segundo ponto toca no sentido constitutivo da própria pedagogia, como ‘produtora de pessoas”, dissimulado na crença de que as práticas educativas são meras “mediadoras”, onde os “recursos” se dispõem para o “desenvolvimento” dos indivíduos (Larrosa, 1994, p. 37).

A argumentação de Larrosa é que estes dois pontos - vistos por ele como situações de inércias do campo pedagógico - podem ser reconsiderados a partir da obra de Michel Foucault, na medida em que o historiador procura mostrar como a pessoa se fabrica no interior de certos aparatos (pedagógicos, terapêuticos etc.).

Em síntese, o que se busca discutir e que nos parece importante aqui é que esse sujeito que “desenvolve de forma natural sua autoconsciência nas práticas pedagógicas [...] não é algo que possa analisar-se independentemente desses discursos e dessas práticas, posto que é aí, na articulação complexa de discursos e práticas (pedagógicos, médicos,

políticos, entre outros) que ele se constitui no que é." (Larrosa, 1994, p. 40, parêntese dos autores).

Sob esse raciocínio, constata-se um vasto vocabulário pedagógico - disperso em regimes discursivos diversos - que visa levar o aluno a essa tomada de consciência de si, como se esses termos fossem "características normativas" de um sujeito são e maduro, que as práticas educativas deveriam contribuir para constituir, para melhorar, para desenvolver e, eventualmente, para modificar (idem).

Tal repertório inclui formas desejáveis de relação da pessoa consigo mesma, concretizadas em noções como percepção, apropriação do próprio corpo, autodomínio e autocuidado, conforme descritas nas sugestões de atividades para orientação sexual dos PCNs (Brasil, 1998, p. 334); e também as formas não desejáveis, constituídas por meio das práticas de sujeitos que não conseguem alcançar uma suposta relação consigo mesmo.

De acordo com os PCNs, quando a orientação sexual ocorre em espaço específico "o tratamento dado a cada tema em sexualidade deve convergir para o favorecimento da construção, por parte do aluno, de um ponto de auto-referência, a partir do qual poderá desenvolver atitudes coerentes com os valores que elege para si". (idem, p. 331). Nas discussões sobre contracepção, por exemplo, é sugerida a utilização de diferentes materiais para a realização do trabalho, dentre os quais está o incentivo à produção (coletiva e individual) das representações que os jovens têm sobre o corpo, por meio de desenhos, colagens, modelagem etc. (idem, p. 321).

O aspecto enfatizado por Larrosa em atividades como as descritas acima é que as possíveis representações produzidas pelos jovens sobre o corpo se construirão de acordo com o que a própria discussão posta estabelece ou, nas palavras de Foucault, de acordo com o próprio enunciado – que não é proposição, frase ou atos de linguagem, mas uma função de existência que pertence, com exclusividade, aos signos (Foucault, 2007, p. 98).

Para Larrosa, os desenhos, colagens, modelagem etc. são situados em uma espécie de "dramatização global" que lhes dá seu significado legítimo, permitindo o aprendizado de uma "gramática para a interrogação e expressão do eu" (Larrosa, 1994, p. 46). Uma vez aprendidos os princípios subjacentes e as regras dessa gramática, constrói-se, segundo ele, uma consciência de si. Sob um dispositivo de produção e regulação os sujeitos aprendem o que significa jogar, legitimamente, certo tipo de jogo de acordo com certas regras e que é possível mudar coisas em si mesmo para ser melhor; que as pessoas têm qualidades diferentes etc. O argumento é de que os jovens produzem as representações ao mesmo tempo em que são por elas produzidos.

A paternidade, embora discutida apenas recentemente no âmbito da educação e da saúde (consta nos textos sobre esta temática que somente a partir da Conferência do Cairo, em 1994, que vimos se intensificar os esforços no sentido de promover o efetivo envolvimento dos homens em relação à paternidade responsável), já se apresenta entre os jovens a partir de um repertório específico de textos, gestos, modos etc. para tratar do assunto. É freqüente o uso de falas que descrevem práticas responsáveis, cuidados com a criança, melhor divisão nas tarefas domésticas, diminuição

na assimetria de poder entre os gêneros etc. Ou seja, são mobilizados instrumentos para se formar uma espécie de pessoa ideal.

É disso mesmo que fala Tomaz Tadeu da Silva, quando afirma que há uma questão que atravessa todas as teorias e definições: “qual conhecimento ou saber é considerado importante ou válido ou essencial para merecer ser considerado parte do currículo?” (Silva, 2005, p. 14). A partir daí são desenvolvidas as mais diversas teorias e definições. Tomaz Tadeu chama atenção ainda para outra questão, talvez anterior à primeira, que se interessa por definir, a partir de um conjunto de conhecimentos considerados importantes, o tipo de pessoa que se deseja formar. Assim, o currículo também pode definir qual o tipo de ser humano é mais apropriado para uma determinada sociedade.

Sob essa visão, o currículo é entendido, para além de uma questão de conhecimento, como uma questão também de identidade ou de subjetividade: “o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos” (Silva, 2005, p. 15).

Tais formulações permitem-nos pensar as múltiplas formas de comportamento incentivadas, estimuladas e produzidas na escola e que terão repercussões nos variados espaços de exercício da paternidade.

### **Considerações finais**

Identificamos neste artigo importantes transformações contemporâneas e suas relações com os deslocamentos identitários em relação ao exercício das paternidades. Embora a idéia de “novos pais” venha se disseminando com ligeiras diferenças entre um país e outro desde os anos de 1980 (Devreux, 2006), na perspectiva aqui apresentada concluímos que não caberia entender essa “novidade” como uma evidência de que o controle e a restrição, supostamente pertencentes à dominação masculina, passam agora por uma revisão, cuja alternativa pode ser vista como o alcance de um estado de pura liberdade em relação a esse sentido regulatório. Quando Foucault argumenta sobre a chamada “hipótese repressiva” (Foucault, 1988) ele está se referindo ao fato de que se desconhece um estado de “não regulação” na sociedade. De acordo com Hall (1997) as mudanças críticas ocorrem sempre entre um e outro modo de regulação, nos obrigando a indagar não sobre a forma como um determinado modelo de paternidade entra em descontinuidade, dando lugar a um outro mais atual, mas quando, como e por que tais relações passam de “um modo de regulação a outro”.

Assim, observa-se que as modificações ocorridas na contemporaneidade, incluindo aquelas que tratam dos deslocamentos no comportamento masculino, vinculam-se aos fenômenos instituídos no tempo e no espaço atuais e não ao desenvolvimento de uma perspectiva social mais harmoniosa, que daria forma a um sentido previsível, onde o presente seria uma continuidade do passado em direção a um futuro ideal. Visto desse modo, a noção do “novo pai” diz respeito, sim, a um outro posicionamento do homem contemporâneo, a um outro tipo de discurso de gênero, vinculado aos processos sociais da atualidade, resultantes daquilo que



Stuart Hall chama de "mix cultural": uma espécie de sincretismo que atravessa velhas fronteiras sem necessariamente substituir o velho pelo novo, mas criando alternativas híbridas e sintetizando elementos de ambas, sem que sejam redutíveis a nenhuma delas (Hall, 1997).

A nosso ver, esse deslocamento no comportamento masculino contemporâneo é uma possível evidência do abalo que as identidades tradicionais vêm sofrendo com as transformações ocorridas nas estruturas sociais. Desse modo, o conhecimento que define o momento atual como um cenário de dúvidas, indeterminação e incertezas (Giddens, 2002; Hall, 2004; Baudrillard, 1997), pode ser muito útil para nos ajudar a pensar os posicionamentos paternos atuais.

Não resta dúvida que a abordagem curricular de questões de gênero e sexualidade, por sua natureza complexa, desafia as atuais configurações curriculares. Apesar de hoje já contarmos no Brasil com o reconhecimento oficial da importância do setor educacional como um aliado importante para a concretização de ações de promoção da saúde, muito ainda se tem que caminhar em direção à incorporação às práticas educacionais de uma abordagem multicultural e interdisciplinar, que faça jus à complexidade dessas questões. Varias décadas atrás, Paulo Freire já chamava atenção para a importância do respeito à cultura dos alunos e para a dimensão de poder que permeia o conhecimento e as relações educacionais (Freire, 2005). Essas idéias, que tiveram grande influência na educação popular, pouco repercutiram na educação escolar.

Acreditamos que as perspectivas crítica e pós-crítica da educação, conforme aqui relatadas, são essenciais para o entendimento das configurações curriculares e das resistências às mudanças, na medida em que evidenciam o caráter seletivo do conhecimento em termos de hierarquização, classificação e valoração dos saberes. Conteúdos referentes à vida e ao cotidiano dos indivíduos como o exercício da paternidade são considerados marginais em relação a conteúdos "acadêmicos", como reiteradamente vem sendo identificado por estudiosos como Hodson (2003), que colocam a cidadania como eixo para se pensar os currículos escolares. Ao mesmo tempo, a noção de que o currículo, para além de uma questão de conhecimento é também uma questão de identidade, nos afasta da sua concepção neutra e remete a levar a sério as relações entre conhecimento e poder e o papel central dos discursos nas aprendizagens.

Se o conjunto de conhecimentos que constitui um determinado currículo prediz em alguma medida o tipo de sujeito que dele resultará, talvez seja relevante questionar que tipos de sujeitos estão sendo produzidos no interior dos currículos da educação escolarizada e em que medida tais formações estão contribuindo para que estes mesmos sujeitos possam lidar com os questionamentos que surgem nas suas práticas mais cotidianas, como, por exemplo, a sexualidade e a saúde. Cabe também observar o próprio conjunto de conhecimentos que é determinado como importante para a formação desses jovens. Estarão esses supostos sujeitos ideais em consonância com a concretude da vida contemporânea, com as mudanças que vêm ocorrendo nas relações afetivas e íntimas entre os indivíduos, nas aspirações e indagações do alunado?

As interpelações "educativas" recaem na visão de sujeitos centrados, que uma vez detendo a informação saberão usá-la e incorporá-la e modificar seus valores e comportamentos. Tal visão ignora a ordem da subjetividade, as identidades flexíveis, as indefinições que marcam as variam trajetórias de vida. Entre os fatores a nosso ver essenciais para se avançar na educação dos jovens, destacamos o respeito às diversidades, a consciência do efeito do currículo nas construções identitárias, a aproximação das vivências cotidianas do alunado e de suas interações com as mídias, e a aproximação de pesquisas que estão sendo feitas no âmbito das ciências sociais que ajudam a lançar luz sobre os perfis juvenis no que tange aos deslocamentos contemporâneos.

Repensar currículos, no que diz respeito aos seus paradigmas e sua abordagem da educação em saúde e sexualidade, tem repercussões na formação dos vários sujeitos.

Considerando que a discussão sobre educação e promoção em saúde esteve o tempo todo atravessada pelos esforços de inclusão da participação popular no campo da saúde, não poderíamos deixar de mencionar, para finalizar, a importância da relação que tais esforços estabelecem com as questões versadas em torno dos processos de cidadania. Como tão bem ressalta Thurler (2006):

A passagem de um exercício patriarcal para um exercício contemporâneo e cidadão da paternidade não é, certamente, processo simples. Uma das propriedades-chave das relações sociais de sexo/gênero é a transversalidade, significando que sua lógica transborda por toda a sociedade, articulando campos como trabalho produtivo e reprodutivo, trabalho profissional e família, política e trabalho. Assim, as questões da paternidade - patriarcal ou cidadã, arbitrária ou solidária - não se colocam isoladamente.

Consideramos que a importância da questão da paternidade, em suas relações com saúde e sexualidade, hoje está claramente delineada, como aqui se evidenciou; nesse sentido, esta problemática merece investimentos crescentes como objeto de pesquisas e de projetos de desenvolvimento, que contribuam para o conhecimento sobre crenças, valores e práticas sociais masculinas. Tais saberes são apontados por alguns autores como de grande valia para a ampliação do impacto e da eficácia de programas de educação em saúde voltados à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, ao controle da violência de gênero, à saúde das crianças, das mulheres e, principalmente, dos próprios homens (Medrado; Lyra; Galvão; Nascimento, 2000).

### **Referências bibliográficas**

Assis, M. (1992). *Da hipertensão à vida. Por uma práxis comunicativa na Educação em Saúde*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Medicina Social do IMS/UERJ.

Badinter, E. (1992). *XY: sobre a identidade masculina*. Tradução: Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Barbiere, T. (1991). Sobre la categoría de género - una introducción teórico-metodológica. Em: S. Azeredo; V. Stolcke (Org). *Direitos Reprodutivos* (pp. 25-46). São Paulo: Fundação Carlos Chagas/DPE.

Baudrillard, J. (1997). *Tela Total: mito-ironias da era do virtual e da imagem*. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina.

Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kuhnner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais (3º e 4º ciclos): introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF.

Bustamante, V. (2005a). Ser pai no subúrbio ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. *Psicol. estud.*, 10, 3, 393-402.

Bustamante, V. (2005b). Participação paterna no cuidado de crianças pequenas: um estudo etnográfico com famílias de camadas populares. *Cad. Saúde Pública*. 21, 6, 1865-1874.

Candeias, N.M.F. (1997). Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. *Rev. Saúde Pública*, 31, 2, 209-13.

Devreux, A. (2006). A paternidade na França: entre igualização dos direitos parentais e lutas ligadas às relações sociais de sexo. *Soc. Estado*, 21, 3, 607-624.

Eymard, C. (2004). Essai de modélisation des liens entre éducation et santé. Eduquer à ou pour la santé, quels enjeux pour la formation et pour la recherche ? *Quéstions vives*, 1, 5, 13-34.

Fonseca, C. (2004). A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. *Rev. Est. Fem.*, 12, 2, 13-34.

Foucault, M. (2006). *Ordem do Discurso*. 14ª ed. São Paulo: Loyola.

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Org. e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (2007). *Arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense.

Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freitas, W., Coelho, E. e Silva, A. (2007). Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. *Cad. Saúde Pública*, 23, 1, 137-145.

Geluda, K., Bosi, M.L.M., Cunha, A.J.L.A. et al. (2006) Quando um não quer, dois não brigam: um estudo sobre o não uso constante de preservativo masculino por adolescentes do Município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 22, 8, 1671-1680.

Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora UNESP.

Giddens, A. (2002). *Modernidade e Identidade*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Gomes, A.J.S. e Resende, V.R. (2004). O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psic.: Teor. e Pesq.*, 20, 2, 119-125.

Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, 2, 22, 16-46.

Hall, S. (2004). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A.

Heilborn, M.L. (1997a). O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares no Rio de Janeiro. In MADEIRA, F.; MUÑOZ-VARGAS, M. (orgs.). *Quem mandou nascer mulher: gênero e infância no Brasil* (pp. 291-392). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, UNICEF.

Heilborn, M.L. (1997b). Gênero, Sexualidade e Saúde. In UERJ. (Org.). *Saúde, Sexualidade e Reprodução - compartilhando responsabilidades* (pp. 101-110). Rio de Janeiro: EDUERJ,

Heilborn, M.L. e Gouveia, P.F. (1999). Marido é tudo igual: mulheres populares e sexualidade no contexto da Aids. In PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (orgs.). *Sexualidades pelo avesso. Direitos, identidades e poder* (pp. 175-198). Rio de Janeiro: Editora 34, IMS/UERJ

Hodson, D. (2003). Time for action: science education for an alternative future. *International Journal of Science Education*, 25, 6, 645-670.

ICPD - *International conference on population and development*. Cairo, 1994. [acessado em 06-01-2008]. Em: <http://www.iisd.ca/cairof.html>

Larrosa, J. (1994). Tecnologias do Eu e Educação. In SILVA, T.T. (Org), *O sujeito da Educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes.

Levandowski, D.C. e Piccinini, C.A. (2006). Expectativas e sentimentos em relação à paternidade entre adolescentes e adultos. *Psic.: Teor. e Pesq.*, 22, 1, p. 17-27.

Louro, G.L. (2002). Currículo, gênero e sexualidade. Refletindo sobre o normal, o diferente e excêntrico. *Labrys. Études féministes / Estudos feministas*, v. 1-2.

Lyra, J. (1998). Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In M. Arilha; S. Unbehau; B. Medrado (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras* (pp.185-214). São Paulo: ECOS Editora.

Lyra, J., Medrado, B., Adriaio, K., Lima, J., Melo, L., Silva, A. e Vieira, N. (1998). PAPAI: Uma experiência de ensino, pesquisa e extensão. *Caderno de Extensão da Ufpe*, 1, 1, 57-65.

Medrado, B., Lyra, J., Nascimento, P. e Galvão, K. (2000). Homens, por quê? Uma leitura da masculinidade a partir de um enfoque de gênero. *Revista Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos*, 3, 12-16.

Medrado, B.; Lyra, J. (2000). Paternidade na adolescência: para além da prevenção. BVS – biblioteca virtual em saúde - Adolec. Site: <http://www.adolesc.br/bvs/adolesc/P/textocompleto/pfpaternida.htm>

Medrado, B.(1998). Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. Em: Arilha, M.; Ridenti, S.; Medrado, B. (Orgs.) *Homens e masculinidades: outras palavras* (pp. 145-162). São Paulo: ECOS Editora.

Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. (2002). A promoção da saúde no contexto escolar. *Rev. Saúde Pública* [online], vol. 36, no. 4 [acessado em 06-01-2008], pp. 533-535. Em: <http://www.scielo.br>

Orlandi, R. (2006). Paternidades nas adolescências: um estudo sobre alguns dos sentidos atribuídos por adolescentes pais à paternidade. *1º prêmio Construindo a Igualdade de Gênero- Redações e trabalhos científicos monográficos premiados*, (pp. 144-171). Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as mulheres - Presidência da República.

Pereira, G. (2008). *Paternidade e saúde discutidos por jovens de escolas públicas em vídeos documentários*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Educacional nas Ciências da Saúde do NUTES/UFRJ.

Scott, J. (1990) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 16, 2, 5-22.

Silva, M.M.A. (1999). *Masculinidades e gênero: discursos sobre responsabilidade na reprodução*. Dissertação (mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, PUC/SP.

Silva, R.A.S. e Soares, R. (2003). Juventude, escola e mídia. In Guacira Lopes Louro; Jane Felipe Neckel; Silvana Vilodre Goellner (Org.). *Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação*, (pp. 82-94). Petrópolis: Vozes.

Silva, T.T. (2005). *Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Siqueira, M.J.T. et al. (2002). Profissionais e usuárias (os) adolescentes de quatro programas públicos de atendimento pré-natal da região da grande Florianópolis: onde está o pai? *Estud. psicol.*, 7, 1, 65-72.

Thurler, A.L. (2006). Outros horizontes para a paternidade brasileira no século XXI? *Soc. estado*, 21, 3, 681-707.

Tronchin, D., Tsunehiro, M.A. (2006). Cuidar e o conviver com o filho prematuro: a experiência do pai. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 14, 1, 93-101.

UERJ (1991). *Relatório do I Encontro sobre Educação e saúde do Rio de Janeiro*. 24 de agosto (mimeo).

Vasconcelos, E.M. (2004). Educação popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde. *Physis*, 14, 1, 67-83.

Veiga-Neto, A.(2002). De geometrias, currículo e diferenças. *Educação & Sociedade*, 23, 79, 163-186.